

Queremismo: um movimento político-popular e as suas conseqüências para a esquerda nacionalista brasileira

Ibirapuan B. N. A. Puertas¹

Resumo:

Movimento político-popular o Queremismo teve relações genéticas com a criação do PTB. As lutas pela participação direta e decisiva dos trabalhadores e demais camadas populares em defesa de suas conquistas e para a realização de suas aspirações e por uma Assembléia Nacional Constituinte que consolidasse em seu texto final as conquistas trabalhistas e sociais até então obtidas, lhes garantindo a representação e a participação política, foram geradas na dinâmica do movimento. Isso foi condicionante do caráter e do papel futuro do PTB, tornando-o muito mais que um partido que foi obra de Getúlio e da estrutura institucional do Estado Novo. O movimento quememista foi, ainda, o último momento, antes dos anos 1950, em que os principais agentes políticos do campo nacionalista de esquerda interagem por objetivos políticos táticos e estratégicos comuns.

Palavras-chave: Queremismo, esquerda, nacionalismo.

¹ Mestre em História Social pela UFRJ, e doutorando em Ciência Política, pelo IUPERJ. Desenvolve pesquisas em história política, mais especificamente sobre as esquerdas no Brasil e sua relação com o nacionalismo brasileiro. Última publicação: *Nacionalismo, democracia e bem-estar do povo: a luta antifascista no Brasil e a gênese da esquerda nacionalista brasileira*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007.

Abstract:

A political-popular movement, the “Queremismo” had genetic relationships with the creation of PTB. The fights for the workers and others popular layer’s direct and decisive participation in defense of their conquests and for the accomplishment of their aspirations in a Constituent National Assembly that consolidated in its final text the labor and social conquests obtained, guaranteeing them the representation and the political participation, were generated in the dynamics of the movement. That was conditioning of the character and of the future paper of PTB, turning it much more than a party that was created for Getúlio and for the institutional structure of the Estado Novo. The “queremista” movement was still the last moment before the years 1950, that the main political agents of the left-nationalist field interacted for common tactical and strategic political objectives.

Key-words: “Queremismo”, left-wing, nationalism.

“... A outra mudança foi a inquietação demonstrada pelos setores populares que começariam a indicar que a solução da crise não se faria apenas entre as elites, mas teria de passar também pelas suas mãos”. (CABRAL, 1985: 81). (...) Esse era o caso das vinculações do queremismo com o Partido Comunista, que apenas iriam alimentar mais a desconfiança e o temor nutridos em relação ao movimento nos meios militares e também civis, quer de oposição, quer de situação.” (GOMES, 1994: 268)

Alterada a conjuntura política internacional e nacional, com a derrota do nazifascismo, o começo da guerra fria e com o início do processo de redemocratização no Brasil, a luta antifascista que aglutinara na política de frentes populares várias e expressivas vertentes dos movimentos político-populares de esquerda esgota-se, tornando impossível manter-se o campo da esquerda nacionalista, o qual entra em acelerado processo de decomposição².

Se a política de união nacional fora uma fundamental iniciativa do PCB para manter unificado o campo nacionalista de esquerda que se formara na luta antifascista da década passada e no enfrentamento ao nazifascismo durante os anos de 1940 e à ditadura estadonovista, em 1945, esta já não poderia ter o mesmo papel e nada poderia manter unido o que já vinha se partindo durante a fase final do Estado Novo, principalmente em razão da complexa e controversa relação do PCB, principal agente do campo, com Getúlio. Com o início do processo de redemocratização as forças políticas, dentre elas os movimentos político-populares, passam a organizar-se partidariamente, ou a buscar, como no caso dos trabalhadores e outros segmentos das camadas populares que desde a década de 1930 vinham conquistando a cidadania social e alguns espaços de atuação política, interferir de forma decisiva no processo para que a nova formatação do Estado brasileiro consagrasse e consolidasse as conquistas sociais e trabalhistas que eles vinham obtendo nos últimos quinze anos; que politicamente se fizessem ouvir e representar na arena política que se abria, para que esta não fosse monopolizada pelas elites políticas, econômicas e sociais³.

Contudo, se pode afirmar que o Queremismo é um fenômeno de nossa história política desprezado ou minimizado, tanto pela nossa historiografia, como pela análise e a crítica política acadêmica, com raríssimas exceções, exceções fundamentais como a de Jorge Ferreira e Elza Borghi de Almeida Cabral⁴, Cássio Albernaz, e, também, de Ângela de Castro Gomes. Pode-se dizer mais: podemos constatar que a ausência ou a referência mínima ao Queremismo, como acontecimento político de menor importância e sem maiores conseqüências, nada mais que uma manobra política eleitoral de Vargas através de seus instrumentos de poder e manipulação, vêm desde os livros didáticos do segundo grau. Em suma, o Queremismo é reduzido a apenas um movimento político efêmero e sem conseqüências maiores, surgido em maio de 1945 e encerrado, com a derrota de sua “razão de ser”, em outubro do mesmo ano, com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República; quase que apenas uma menção.

Essa atitude funda-se numa visão engessada e estreita de nossa história política entre 1930 e 1964, encerrada no cânone do conceito/categoria “populismo no Brasil”. A historiografia, a análise e a crítica política que produz, reproduz tudo de negativamente desqualificante que foi atribuído aos agentes históricos que atuaram politicamente no

campo popular com uma orientação nacionalista-libertadora e popular-democrática e, às próprias camadas populares que se expressaram e passaram a atuar politicamente de forma incisiva e decisiva. Essa atitude transforma um arraigado e abrangente sentimento elitista de desprezo às camadas populares, sobretudo às mais marginalizadas e carentes, e enfrentamentos político-ideológicos e partidários em “categoria científica” de análise e crítica acadêmica. O Queremismo, então, não seria mais do que “*o nosso sebastianismo, devoção ao redentor, culto às personalidades, fascinação pelas fórmulas salvacionistas*”⁵.

Aqui o Queremismo é trazido à discussão pelas suas características e conseqüências para o campo da esquerda nacionalista. Porque acontecendo no momento da decomposição do campo, sendo o último momento de atuação conjunta de forças políticas que só irão se reagrupar a partir de 1954, é fator fundamental no caráter popular e na conformação da nova força política que irá, paulatinamente, até 1964, tornar-se o principal agente político do campo nacionalista de esquerda, o PTB.

Portanto, considero o Queremismo como um lugar de construção do político, ainda que este seja obscurecido e denegrado pela sombra que lhe faz o imenso guarda-chuva conceitual e categorial do “populismo”, pois, como afirma Laclau “*El populismo es, simplemente, un modo de construir lo político*” (LACLAU, 2005: 11). Assim, o Queremismo é enfocado pela importância do aporte ideológico de corte trabalhista/varguista que os trabalhadores fizeram à cultura política nacionalista de esquerda, considerando-se a importância deste para a conformação final dessa cultura política⁶.

Justamente o que o era para as elites intelectuais e políticas opositoras de Vargas e do PCB, o aspecto que deslegitimava politicamente o Queremismo e “revelava” a sua face de “mera manipulação político-social” continuísta do Vargas ditador acrescida do “oportunismo comunista do PCB”, ou seja, a qualidade de seus participantes é o que atrai o foco de minha análise, por ver naqueles “desqualificados”, trabalhadores, fossem estes subempregados ou não; assalariados ou não; desempregados ou não; por vê-los como os explorados e marginalizados de sempre se fazendo visíveis, audíveis e atuantes politicamente.

Jorge Ferreira sintetiza muito bem a atitude da grande imprensa, ou de quem falava através dela, para com os “queremistas”:

“... Descritos na grande imprensa como desordeiros, provocadores, arruaceiros, bêbados, exaltados, violentos, selvagens, entre outros qualificativos, era difícil para os grupos sociais culturalmente eruditos compreender as razões pra o inconformismo e definir o comportamento de indignação de populares que se insurgiam contra os que ofendiam Getúlio Vargas. Na imprensa, políticos de oposição e editorialistas tentavam racionalizar aqueles episódios, entre a influência do nazismo a atuação de embriagados, entre a mentalidade obscurantista e comportamento próprio de arruaceiros, assim as oposições se esforçavam para dar conta dos conflitos que surgiam (...).” (FERREIRA, 2002: 72).

Um artigo de Gilberto Freyre - o qual transcrevo em parte - evidencia a atitude das elites intelectuais e políticas opositoras a Vargas, e como esta postura está eivada de preconceito elitista antipopular. Embora longa, a transcrição se justifica pelo teor do artigo e, considerando-se o autor deste, o mesmo serve como evidência do tipo da crítica liberal-burguesa que se fazia ao Queremismo, da importância de quem criticava e da abrangência de tal postura nas elites intelectuais brasileiras e na grande imprensa nacional.

“... Si o pavor desses velhotes ricos é do comunismo, não é comigo (que não sigo as idéias musulmanamente seguidas pelo sr. Carlos Prestes embora reconheça nele, e não hesite em o proclamar, um homem lúcido e um grande, embora errado, amigo do povo brasileiro) que devem estar alarmados, mas com seu próprio "el supremo". Pois "el supremo" para perpetuar-se no poder está há meses velhacamente brincando com o fogo não tanto das idéias do sr. Luis Carlos Prestes como das peiores paixões da plebe mais ignorante dos morros e das favelas (...) Dizem-me que antes do "queremismo" soltar-se pelas ruas do Brasil, houve quem ouvisse numa festa ou jantar em São Paulo, certo figurão do "Estado forte", com a língua desprendida de conveniências pela ação desse grande mestre de declamação e da eloquência que é o velho Johnny Walker: "havemos de jogar a ralé contra essa gente que está falando em democratização do Brasil! (...) E é, ao que parece, o que vêm procurando fazer os indivíduos e grupos a serviço da ditadura Vargas-Agamenon-Muller. O plano é claro: é dar-se aos americanos e aos ingleses - pois como nos dias de Dom João VI os governantes brasileiros, legítimos ou não,

continuam a viver dentro do complexo colonial de tentar enganar o inglês (hoje mais o americano do que o inglês) - a ilusão de que a "ralé", da frase atribuída ao tal figurão do "Estado forte" - é o povo brasileiro. A ilusão de que a canalha faminta paga ou açulada para dar "vivas a Getulio nosso pai" é o povo brasileiro, com capacidade cívica para interessar-se pela causa pública e com capacidade moral para desejar livrar-se da ditadura Vargas-Agamenon-Muller (...) A canalha, e nunca o povo, é que repete hoje no Brasil as façanhas da velha "guarda-negra" formada de escravos e semi-escravos e organizada pelos queremistas de 1888. Também a "guarda-negra" pretendia passar por "povo" aos olhos dos ingleses: "povo" a gritar que queria a princesa Isabel, tão desejada então não pelo povo, mas pelos reacionários da pior espécie (...) Ora, nenhum americano ou inglês que não seja inteiramente parvo, se deixará iludir pela "canalha" manejada, Deus sabe como, pelos agentes da atual ditadura, a ponto de supor essa pobre gente enganada o povo brasileiro. A ralé e mesmo a canalha faminta paga ou açulada para gritar "queremos Getulio" e "Getulio nosso pai!" são decerto parte do povo do Brasil; mas não o povo brasileiro (...)"

Ao concluir, Gilberto Freyre nos oferece uma visão idealizada do que o nosso povo “seria realmente” em oposição à “canalha faminta”, esta que o autor não reconhece como “povo brasileiro”, mas que, indiferente ao que ele achava dela, era o povo brasileiro em sua maioria e em sua realidade de explorado e marginalizado, se expressando politicamente a favor do que lhe alterara a vida de fato e lhe abria novas e promissoras perspectivas futuras, tanto material como simbolicamente, e a favor de quem ele identificava como responsável direto do já conquistado e garantidor de que essas conquistas não sofreriam retrocessos.

“(...) O povo, isto é, o que a comunidade brasileira tem de substancial, de sólido, de autêntico de capaz de interessar-se pela causa pública e de resistir com toda sua pobreza honesta, às seduções do quererismo; o povo composto de sapateiros e funcionários públicos de pequenos comerciantes e lavradores, de donas de casa e artesãos, de trabalhadores do campo e das cidades, de advogados, médicos, dentistas, estudantes, comerciários, professores, industriais, ferroviários; toda essa multidão de gente honrada que luta altivamente para viver, que educa os filhos com sacrifício, que com dificuldades se alimenta, se veste e se calça nestes dias terríveis de inflação trazida pelo "Estado Novo" - esse povo, essa gente, essa multidão marcha para Eduardo Gomes, confiante e decidida, sem espalhafato, mas também sem temor. Só os cegos não vêem isto”. (FREYRE,

Gilberto. *Para quem o povo marcha*. Diário de Pernambuco. Recife, 07/10/1945)

Embora possamos constatar que a mesma postura de rejeição a Vargas e ao Queremismo é comum a grande imprensa tanto carioca como nacional⁷, creio que merece destaque, por ser a principal fonte utilizada pelos historiadores do Queremismo para evidenciar essa postura, *O Jornal*, não só pelo teor do que publica, mas por sua representatividade quando consideramos o papel que a imprensa escrita desempenhou e iria desempenhar nos anos seguintes até 1964, na oposição política renhida e violenta a tudo e a todos que, desde a década de 1930, pudessem ser identificados ou se identificar, com uma luta nacional-libertadora e democrático-popular.

Adquirido por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, o Chatô, ainda em 1929, *O Jornal* vem a tornar-se o órgão líder da cadeia dos Diários Associados. Apesar de ter dado total apoio à Revolução de 30, já em 1931, começaram a aparecer diferenças entre o órgão de imprensa e o governo quando da instalação do governo Provisório com Getúlio Vargas como Presidente da República. O apoio à Revolução Constitucionalista, em 1932 resultou não só na perda temporária do maquinário e da sede do periódico, como no exílio de Chatô. Em 1933, este retorna ao Brasil e obtém de volta o órgão de imprensa, o qual passa a ser dirigido por seu sogro, Zózimo Barroso do Amaral, quem tinha uma posição pró-governo. Um esforço na busca de uma reaproximação com Vargas, mas que terá curta duração.

Instalada a Assembléia Constituinte em novembro de 1933, e iniciado os seus trabalhos, começa a aproximação de Chatô com o grupo mais conservador entre os muitos grupos que se alinhavam com a situação. Aí, estabelece relações políticas com elementos desta ala como os irmãos Virgílio e Afonso Arinos de Melo Franco. Comprometido com a facção mais conservadora e reacionária do governo, *O Jornal*, em 1935 é veículo de uma campanha violenta e virulenta contra a Aliança Nacional Libertadora e, posteriormente, contra as Insurreições Antifascistas de novembro do mesmo ano, lideradas pelos comunistas do PCB, a qual é geralmente chamada de Intentona ou Revolta Comunista de 1935. Essa oposição violenta ao movimento nacional-libertador teve como contrapartida a postura favorável ao Integralismo e o apoio às reivindicações dos “galinhas-verdes” de Plínio Salgado⁸.

Na questão da sucessão de Getúlio, em 1937, alinhado que estava à oposição e aos seus interesses, *O Jornal* apoiou a candidatura do banqueiro Armando Sales de Oliveira à presidência da República, cuja eleição deveria acontecer no ano seguinte. Com a instauração do Estado Novo, *O Jornal*, assim como toda a imprensa, ficou submetido ao controle governamental, passando então a demonstrar um oportuno apoio a Getúlio para manter-se em atividade. Com o fim do Estado Novo e o início da redemocratização, *O Jornal* apoiou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela UDN, mas, contudo, com a derrota deste, deu apoio às principais medidas do governo do General Dutra (SEVERO, FLAKSMAN, 1984 : 1648).

Contudo, as milhares de linhas escritas contra Vargas, não impressionavam as camadas populares, e nem produziam nestas o efeito desejado por aqueles que as escreviam ou as ditavam.

Todavia, a grande imprensa não estava sozinha na sua propaganda conservadora e reacionária contra o Queremismo, como também não esteve só anteriormente, quando da propaganda contra a ANL e o movimento antifascista, e no apoio ao integralismo. Esta teve novamente por companheira de luta a Igreja Católica que agiu coerentemente com o posicionamento histórico da instituição e da sua hierarquia - hegemônico pelo menos até o fim dos anos 1950 -, sempre ao lado dos interesses das classes dominantes; o que sua interação e participação com e no o movimento integralista evidencia⁹. Como se pode constatar pela leitura da grande imprensa da época, a Igreja Católica utilizou-se de centenas de missas e procissões em todos os rincões do território nacional, para exorcizar a ameaça dos comunistas e aliados (CABRAL, 1984: 132). A convergência da política do PCB com o Queremismo, e a aproximação pela esquerda com Vargas, atitudes tática e estrategicamente condicionadas, determinou a postura assumida pela instituição daí por diante em relação ao trabalhismo varguista:

“... o peso moral e material que a Igreja Católica colocava na luta travada contra os comunistas atingiria também, dali por diante os partidários de Vargas (...) Pouco depois dos grandes comícios de Prestes, a igreja cria a Liga Eleitoral Católica (LEC). Sua finalidade era elaborar uma série de quesitos a serem submetidos ao compromisso dos candidatos, coagidos a atendê-los para obter a aprovação de seus nomes. Funcionaria como um poderoso instrumento de manipulação eleitoral ante o vasto contingente da população influenciada. O Partido Comunista Brasileiro e o Partido Trabalhista Brasileiro não figurariam na lista dos

partidos aprovados pela LEC em 22 de novembro...”. (CABRAL, 1984: 131).

O tamanho e a intensidade da participação do PCB no movimento queremista sempre será uma questão pendente, considerando-se que as fontes que serviriam para medir as dimensões dessa participação, no caso a imprensa comunista, a documentação interna do partido e depoimentos, são omissas quanto à questão. Ironicamente, é através das páginas da grande imprensa que podemos aferir as dimensões da participação dos comunistas pecebistas no movimento queremista. A grande imprensa, conservadora e anticomunista ferrenha como era, sempre apontava a presença de comunistas nas manifestações queremistas na intenção de demonstrar que o movimento era mais um espaço para a subversão dos “agentes de Moscou”.¹⁰

O que se depreende das fontes da imprensa comunista e da documentação política do partido, é que o movimento queremista em si, no tocante às suas reivindicações em relação a Getúlio Vargas, não foi objetivo da política pecebista. Para os comunistas do PCB, o Queremismo foi o espaço para encaminhar junto aos trabalhadores e demais camadas populares a luta por uma Assembléia Nacional Constituinte.

O PCB manifestou-se favoravelmente à bandeira da Constituinte com Getúlio, em decorrência da postura assumida quando da primeira reunião do Comitê Nacional fora da clandestinidade, em agosto de 1945. Nesta se firmou a tática da luta pela democratização através da luta pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, fundamental para a construção de instituições democráticas representativas que permitissem a existência e a ação do Partido. A questão da eleição presidencial, nessa perspectiva, não tinha importância imediata para o Partido¹¹. Foi em razão desse objetivo tático que se deu a aliança entre os comunistas e os queremistas. Por outro lado, esta aliança iria irritar as forças políticas e sociais, todas de caráter liberal e conservador, que propugnavam pela retirada imediata de Vargas do poder. O temor de uma possível aliança entre comunistas e getulistas no bojo do movimento queremista, fez com que a classe dominante, inclusive os setores alinhados com o governo, se unificasse contra Getúlio (CABRAL: 1984: 130-131).

Contudo, há que se considerar que o PCB teria mais a ganhar com a permanência de Vargas no poder eleito pelo voto popular. Para tal, há que se levar em conta que o PCB já vinha se aproximando de Vargas pela esquerda através da política de “União Nacional”, linha política adotada desde 1938, ou seja, no que a política varguista coadunava-se com os três pontos principais dessa política que eram: o nacionalismo, a democracia e o bem-estar do povo juntamente ao enfrentamento ao nazifascismo. E, também, deve-se considerar que os comunistas pecebistas já vinham interagindo com agentes políticos individuais ou coletivos nacional-reformistas na luta antifascista, simpáticos aos ideais mais progressistas da Revolução de 30, formando com estes o campo da esquerda nacionalista desde 1934¹².

Porém, se por um lado temos a grande imprensa e a Igreja Católica movendo uma intensa campanha antiqueremista, antivarguista, antipopular e anticomunista, com as suas imensas capacidades difusoras, formadoras e reprodutoras de suas opiniões, versões e posições ideológicas e político-partidárias; de outro temos alguns poucos jornais de uma pequena imprensa popular simpática ao movimento queremista¹³ e a Getúlio como o jornal carioca diário e matutino, *O Radical*, que, no contexto da redemocratização, foi o principal veículo da campanha queremista, sendo fonte obrigatória para os historiadores do Queremismo para que se possa registrar as opiniões e os desejos de trabalhadores e demais populares engajados no movimento queremista, ou esperançosos com o desenvolvimento dele; bem como a interpretação por parte destes, não só do processo em curso no qual buscavam uma posição protagônica, mas, também, a interpretação que estes tinham de nossa história político-social imediatamente anterior ou contemporânea a eles.

Ademais, com o crescimento do movimento, a própria grande imprensa, em âmbito nacional, se viu obrigada a publicar o que falavam e queriam aqueles que ela rotulava de “bêbados”, “bagunceiros” e “canalha faminta”, nas “páginas queremistas” publicadas mediante a compra de espaços nos jornais. Contradições capitalistas de uma imprensa “livre” e “independente”. Assim como fiz acima com *O Jornal*, farei um breve histórico de *O Radical*, pela razão da importância deste periódico exposta no parágrafo anterior, e para evidenciar que as diferenças político-ideológicas entre os dois, a inserção destes em campos políticos opostos e antagônicos que vinham se enfrentando desde a década de 1930, não foi circunstancial ou se deu apenas em relação ao

alinhamento ou à rejeição em relação a Vargas e ao queremismo. Além disso, serve para indicar a diferença entre um órgão exemplar da grande imprensa da época e a pequena imprensa popular pró-queremista, que teve em *O Radical* sua maior expressão, no tocante a que classes sociais e interesses políticos estas estariam alinhados e vinculados.

Por iniciativa atribuída ao “tenente” João Alberto Lins de Barros, então chefe de polícia do Distrito Federal, empenhado em organizar uma imprensa favorável a Vargas e aos “tenentes”, fundaram-se alguns jornais, dentre estes *O Radical*, fundado em julho de 1932. O jornal identificava-se como um veículo voltado a defender a Revolução de 30 em seus princípios e fundamentos, como estes eram concebidos pelos “tenentes”, entre os trabalhadores. É importante frisar que logo em seu cabeçalho, o periódico se atribuía o título de: “A voz da Revolução”. Ainda em 1932, após a derrota do movimento político armado paulista, o jornal passou por mudança de proprietário, mantendo-se, todavia como um órgão de apoio ao governo de Vargas, mas aprofundando-se na sua opção pelos trabalhadores e demais camadas populares.

Contrário às forças liberais paulistas que se opunham ao governo de Vargas, e que promoveram a assim chamada “Revolução Constitucionalista”, *O Radical* empenhou-se na campanha contra aquelas e o movimento armado paulista. Em 1934, ao longo dos meses que antecederam a eleição presidencial indireta, acontecida em julho, o jornal dedica grandes espaços em suas páginas a uma cobertura elogiosa tanto às ações governamentais de Getúlio, como à sua candidatura.

Decretada a Lei de Segurança Nacional, então apelidada “Lei Monstro”, em abril de 1935, a pressão sobre as liberdades de opinião e organização política tornou-se institucionalizada dentro de um forte e progressivo processo de enfrentamento e endurecimento político, o que está na raiz das primeiras divergências entre o governo federal e periódico. *O Radical* não só assume em suas páginas uma postura de crítica às medidas repressivas envidadas pelo governo federal contra a atividade grevista, que vinha num crescendo desde 1934, e contra os sindicatos, como também cobre de maneira favorável e apóia a Aliança Nacional Libertadora, frente popular antifascista e antiimperialista, onde se organizavam e interagiam em torno de um ideário e de um programa nacional-libertador e democrático-popular, tanto comunistas, como tenentistas, socialistas e nacional-reformistas de variados matizes ideológicos alinhados ao ideário político da Revolução de 30, abertamente opositores ao governo ou não.

O Radical não irá mudar sua linha de atuação, e nem abandonará o campo nacionalista de esquerda que vinha se formando mesmo com a decretação do estado de guerra em março de 1936, e as divergências entre órgão de imprensa e o governo se aprofundando. Tal postura lhe custou a prisão da maioria de seus jornalistas. Ainda em 1936, pela publicação da foto de uma mulher com uma criança no colo acompanhada da legenda “Nasce uma criança”, aludindo ao drama vivido por Olga Benário Prestes, é novamente punido, sendo suspensa por dois meses a sua circulação.

Investindo cada vez mais na luta antifascista *O Radical*, além de posicionar-se a favor dos republicanos e contra as forças franquistas em relação à Guerra Civil Espanhola, publicou uma grande quantidade de artigos contra o integralismo, a AIB e Plínio Salgado - o *fuher* da organização fascista nacional. Manifesta-se, também, firmemente contra o pedido feito ao Congresso pelo governo federal para que fossem suspensas as imunidades de parlamentares envolvidos com a ANL e ou supostamente envolvidos com as insurreições antifascistas de novembro de 1935 .

Em 1937, antes da instauração do Estado Novo, o jornal demonstra apoio ao candidato da situação à eleição presidencial que estava programada para janeiro de 1938 - o político e escritor José Américo de Almeida - ao mesmo tempo em que se empenhava numa forte campanha contra o candidato da oposição, o banqueiro Armando Sales, denunciando as ligações dele com a firma norte-americana Bond and Share. A estratégia de ao mesmo tempo em que criticava o governo em suas medidas de caráter repressor, dar uma grande cobertura a temas pelos quais o governo demonstrava interesse e atenção, resguardando a pessoa de Getúlio politicamente, estratégia que já vinha desenvolvendo desde o início do processo de fechamento político iniciado em 1935, segue sendo desenvolvida após a decretação do Estado Novo em 1º novembro de 1937.

Segue, assim, o jornal promovendo várias campanhas nacionalistas visando mobilizar em torno de grandes e prementes questões nacionais, os trabalhadores e as camadas populares. Campanhas pela criação de uma indústria siderúrgica no Brasil, por uma aviação comercial e por uma marinha mercante nacionalizadas, todas de caráter nacionalista. Em razão dessa postura, o jornal conseguiu escapar às medidas repressivas contra sua atividade e foi; algumas vezes; poupado; gozando durante a vigência do Estado Novo de grande prestígio popular, era comprado principalmente por moradores dos subúrbios cariocas, atingindo, então a tiragem diária de 20 mil exemplares.

O Radical é, em 1941, um dos pioneiros na luta pelo rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo. Posiciona-se contra o golpe político-militar de novembro de 1945, mas, com a eleição de Dutra no ano seguinte, o jornal assume uma postura de não criticar o governo federal, e, ao mesmo tempo, de não lhe demonstrar apoio. (FERREIRA, FLAKSMAN, 1984: 4857 – 4859).

* * *

Creio que estas palavras de Jorge Ferreira falando, quando combinadas com algumas dos queremistas - palavras que destacarei abaixo -, resumem de forma precisa a característica principal e o sentido do desenvolvimento do movimento queremista.

“... O queremismo surgiu no cenário político de transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mas adiante, o queremismo evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembléia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta.¹⁴ O resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores, o PTB (FERREIRA, 2002:83).

“... É para isto que o povo brasileiro pede uma assembléia que atenda as reivindicações políticas do momento e que tenha em seu conteúdo a legítima expressão da vontade popular. Povo brasileiro! Marchemos para a democracia, marchemos para a Constituinte, garantia suprema dos direitos do povo” (...) (O Globo e O Jornal, 17-26 de setembro de 1945. “Páginas Queremistas”).

“... Bagunceiros, analfabetos e bêbados! É assim que os políticos de oposição tratam os operários brasileiros. Mas, nós os operários, não devemos estranhar esse tratamento por parte dos tais ‘democratas’, pois foi sempre assim que eles nos julgaram quando, antes da subida ao poder do Grande Presidente Vargas – o redentor do operário brasileiro – tentávamos erguer a nossa voz em defesa dos nossos direitos” (...) Mas por que, então, falam hoje tanto em operário, quando antigamente, antes do advento getuliano, eles, os tais

'democratas', não se lembravam do operário nas campanhas políticas e nos parlamentos?! (...) Se Vargas nada fez pelos trabalhadores, como denunciam as oposições ao menos um grande benefício ele prestou: despertou na sua consciência o valor que representa dentro da nação o que sempre lhe foi negado; deu-lhe personalidade, civismo, e liberdade para fazer valer os seus direitos que sempre lhe negaram os tais "democratas" (...)'. (Excerto de um manifesto publicado em *O Radical*, em 4 de agosto de 1945)

Iniciado por volta de abril de 1945, o movimento queremista, num espaço de tempo de menos de seis meses espalhou-se pelo Brasil, atingindo uma mobilização popular só comparável, até então, à da Aliança Nacional Libertadora. Desenvolveu-se a partir da reação popular à forma ofensiva com que nas ruas os oradores das manifestações políticas oposicionistas acontecidas no contexto da redemocratização se referiam a Vargas (FERREIRA, 2002: 71-74), à forma de um movimento político-popular organizado em torno da reivindicação de uma nova institucionalidade que incluísse os direitos sociais já conquistados pelos trabalhadores e os garantisse e ampliasse. Ademais, foi veículo para que estes avançassem no processo de conquista da cidadania política, deixando claro às elites dominantes de sempre, que agora os trabalhadores e as demais camadas populares reclamavam para si senão a posição de protagonistas, ao menos a de agentes políticos ativos e decisivos na sociedade brasileira.

O suporte dado ao movimento por homens do governo e órgãos do Estado e o caráter dirigista desse, não seriam capazes de criar o movimento do nada. Ainda mais um movimento com as características de um movimento político-popular de massas. Por mais abundante e intensamente que se regue um solo pobre e sem sementes, nada germinará. A metáfora se adequa precisamente ao caso em questão, pois, explicar o alcance do Queremismo por aquelas razões ou é discurso ideológico, ou insuficiência analítica determinada pelo papel canônico que o conceito/categoria de "populismo" teve e ainda tem na interpretação/explicação de nossa história político-social entre 1930 e 1964. É repetir ainda hoje, a atitude elitista e contra-factual dos liberais, socialistas e trottsquistas da época – e de agora - quando "explicam" o Queremismo, atribuindo a esta atitude feição intelectual e acadêmica.

"(...) o queremismo apresenta ao estudioso algo que, na tradição intelectual dos liberais ou das esquerdas, soa como estranho: cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o

prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no poder”. (FERREIRA, 2002: 71)

Por fim, o movimento queremista foi o último momento, antes de 1954, em que os principais agentes políticos do campo nacionalista de esquerda, os comunistas do PCB e alguns agentes nacional-reformistas, agora e a partir daí, investidos da tradição getulista-trabalhista interagem em torno de compromissos e objetivos políticos táticos e estratégicos comuns. Definitivamente o movimento queremista marca o início da entrada da cultura política trabalhista-getulista no corpo da cultura nacionalista de esquerda, que vinha se cristalizando desde a década passada, na luta antifascista, nacional-libertadora e democrático-popular, e terá um papel primordial, mais do que na gênese do PTB, na feição popular que este partido terá nas suas bases e na sua identidade e desenvolvimento.

* * *

Apontando a influência do Queremismo na gênese do PTB

Pode-se afirmar baseado na totalidade da literatura a respeito, que o PTB existiria de qualquer maneira, considerando-se o papel fundamental que tiveram na sua criação a conjuntura política daquele momento histórico, Getúlio, a máquina administrativa e burocrática do Estado Novo e organizações sociais ligadas, dependentes e/ou subordinadas a esta, independentemente da existência do movimento queremista. Contudo, também se pode afirmar agora baseado em uma pequena parte da literatura pertinente, que o movimento queremista foi fundamental para a criação de uma estrutura organizacional básica e de âmbito nacional para o PTB, assim como para muito da identidade ideológica e social do partido.

A historiografia e as análises políticas consagradas sobre o PTB afirmam a existência de dois grupos básicos que estavam presentes desde a criação do partido: um composto na relação com o governo, com o Estado e com a burocracia e a estrutura sindical; e outro com um projeto de caráter reformista, ligado às bases do movimento sindical. Essa corrente de orientação mais doutrinária tinha uma perspectiva reformista, segundo os autores, influenciada pelo trabalhismo inglês. O líder, ideólogo e inspirador dessa corrente foi Alberto Pasqualini quem, ademais de escrever e publicar vários textos

visando à divulgação das idéias básicas e fundamentais do trabalhismo brasileiro participa de forma decisiva na elaboração do programa do PTB 13.

Afirma-se, na literatura a que me refiro o forte vínculo de origem do PTB com a burocracia e a estrutura sindical, o Ministério do trabalho, e o fisiologismo dele decorrente, bem como a força de atração que exercia sobre as camadas populares, sobretudo as dos grandes centros urbanos, mobilizadas pela obra social e trabalhista iniciada ainda na década de 1930, a imagem pública de Vargas, consagrado como o “pai dos pobres” pelos meios de propaganda, formação e controle da opinião pública de que dispunha o Estado Novo. Afirma-se, também, o objetivo de se atingir com o PTB, e nele aglutinar, tanto o operariado urbano como as demais camadas populares em ascensão e expansão devido ao processo de industrialização pelo qual o país vinha passando desde a década passada, principalmente para contrarrestar o PCB, cuja influencia vinha crescendo, tanto no movimento sindical como sobre as demais camadas populares e os trabalhadores como um todo.

A explicação dada pela literatura que estou definindo em linhas gerais, e que informa a interpretação dominante e canônica que se faz da criação do PTB, insiste no papel fundamental para a organização do partido do Ministério do Trabalho e no do então Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, como no de outros homens ligados a este ministério ou à estrutura sindical forjada no período varguista.

A ênfase no papel institucional do Estado Novo, na intencionalidade política e no “maquiavelismo” de Vargas na e para a criação do PTB, embora não seja contra-factual, é uma interpretação que, mais ou menos explicitamente, está condicionada e subordinada ao conceito/categoria de “populismo”, de “populismo no Brasil” e, por isso, não atenta nem dá relevância ao papel que o movimento queremista terá na constituição do PTB, tanto em termos organizacionais como ideológicos.

Já Ângela de Castro Gomes, em seu livro *A invenção do trabalhismo*; no quarto item do capítulo oitavo, intitulado *Trabalhismo e Queremismo* e Jorge Ferreira, ao longo de seu artigo *Queremismo, trabalhadores e cultura política – soberania popular e aprendizado democrático*¹⁵, que não abordam o Queremismo e nem o interpretam na chave conceitual e categorial do “populismo”, afirmam as relações do movimento queremista na gênese do PTB e oferecem elementos fundamentais para a conformação da chave interpretativa com a qual opero na minha breve análise do movimento

queremista. Segundo Ângela (GOMES, 1994: 267) “*essas relações são claras, embora até certo ponto evitadas*” e “*não se trata de discutir se o PTB se organizou sob a pressão do queremismo, como querem alguns, ou se o PTB foi o ponto de partida do movimento queremista, como querem outros (...)*”. Já Jorge Ferreira, que narra e interpreta ao longo de seu trabalho o desenvolvimento do movimento queremista, diz que para os trabalhadores “*tratou-se da percepção de que, para além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta*” e que o “*resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido político*” (FERREIRA, 2002: 63).

Aos autores e aos trabalhos acima citados e no mesmo sentido, embora ela desenvolva suas interpretações ainda na chave do “populismo”, adiciono Elza Borghi de Almeida, que em seu trabalho *O queremismo na redemocratização de 1945* (CABRAL, 1984) - o maior e mais documentado sobre o Querenismo; fonte obrigatória para o estudo deste – , além de demonstrar que o movimento queremista fará parte do processo de redemocratização então em curso, no qual terá papel de certa forma decisivo, ao longo de toda a obra, sobretudo pelo seu caráter de movimento popular, também aponta a importância do movimento queremista no jogo político da montagem da nova institucionalidade que irá substituir a do Estado Novo:

“... Nos relatórios sobre a situação eleitoral que Vargas recebia, os que datavam de depois de 3 outubro e que vinham da parte de líderes queremistas, pediam-lhe orientação para saber que direção dar ao movimento (...) ingressar no PTB? (...) temiam os autores dos relatórios que, em sua inexperiência, os políticos queremistas fossem tragados pelos do PSD (...) Por outro lado (...) os elementos integrados ao queremismo não se encaminhariam espontaneamente para o PTB (...) diziam que, se não houver Constituinte, nem Vargas for candidato (...) uma porcentagem considerável votará no PC, mais como protesto e menos como adeptos de uma ideologia.”(CABRAL, 1984: 148)

Portanto, se podemos afirmar que não existe umnexo causal direto entre o Querenismo e o engendramento do PTB por Getúlio e outros homens da estrutura burocrática do Estado e de sua sustentação política; também podemos afirmar que o movimento queremista está diretamente relacionado com o processo real de consolidação do Partido, através da utilização da estrutura organizacional dele por parte do PTB nascente e com a identidade ideológica do Partido, via a concepção da tradição

getulista-trabalhista e as demandas políticas que trazem para o partido em formação os trabalhadores e as demais camadas populares que participaram do movimento queremista, não organizados sindical ou politicamente e que vão se organizando no próprio movimento. Como dizem Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira:

“... com um incrível poder de mobilização, o queremismo ainda tinha comitês em praticamente todas as grandes cidades e todos os municípios do país. O que fazer com toda essa rede quando a campanha eleitoral acabasse? (...) a sugestão proposta era que os comitês fossem encaminhados para o PTB e que os diretórios provisórios do partido fossem orientados para receber todos os seus integrantes. Nesse sentido, nos locais onde não existissem ainda diretórios do PTB, os comitês poderiam ser pura e simplesmente transformados em diretórios (...)”. (GOMES, 1994: 270)

“... O queremismo surgiu (...) como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mas adiante, o queremismo evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembléia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta (...) O resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido dos trabalhadores, o PTB (...) e foi no próprio decorrer do conflito que os trabalhadores se reconheceram como classe social, em oposição às outras, com uma cultura política e interesses próprios (...) o queremismo portanto, atuou no sentido de mobilizar os trabalhadores como classe social. Esse foi, a meu ver, o papel relevante do queremismo e, mais adiante do próprio PTB.”(FERREIRA, 2002)

Esta utilização da estrutura organizacional do movimento queremista, para suprir a insuficiência do PTB que se organizava, cabe ressaltar, aparece em toda a sua importância fundamental para a consolidação do partido, quando levamos em conta que a formação do PTB enfrentou várias dificuldades nessa área, o que o fato de o partido não haver conseguido apresentar o número de assinaturas de eleitores necessário para a obtenção do registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e que este só foi obtido com a utilização de assinaturas pertencentes ao pedido de registro do PSD, bem demonstra (SEVERO, FLKSMAN, 1984:2600).

A concepção ideológica de que os trabalhadores e as demais camadas populares tinham o direito e o dever de atuar de forma direta e decisiva na arena política em defesa de suas conquistas e para a realização de suas aspirações; e a demanda política de uma Assembléia Nacional Constituinte que produzisse um texto constitucional que consolidasse as conquistas sociais até então obtidas e lhes garantisse a representatividade e participação política, desenvolvidas na dinâmica do movimento e não levadas a este pela estrutura sindical oficial ou outros organismos de propaganda e mobilização popular do Estado Novo, configuram um aporte vivificante a um partido que padecia já no momento e na forma de seu surgimento, de ligações orgânicas e políticas com o Estado, tal como este estava formatado no período do Estado Novo.

* * *

Não fiz aqui um histórico do momento da criação do PTB, o que já está assentado, em linhas gerais, pela nossa historiografia política, apenas busco situar as forças do campo político da esquerda nacionalista no momento de decomposição do campo, momento no qual as principais forças políticas que o compunham desde a década passada – comunistas do PCB e setores nacional-reformistas de inspiração “tenentista” e “socialista” (PUERTAS, 2007) - iniciam um processo de separação, orientado, sobretudo, pela lógica da concorrência partidária determinada pela institucionalidade democrático-liberal representativa da nova ordem política pós Estado Novo. É naquele momento e naquela conjuntura histórica, que começa a se organizar o agente político coletivo que se tornará, entre meados da década de 1950 e o golpe político-militar de 1964, a principal força política do campo nacionalista de esquerda, O PTB, tomando o lugar que fora do PCB, até a cassação deste.

Insisti no papel das relações genéticas do movimento queremista com a criação do PTB, porque aquele movimento político-popular foi o último momento e o último espaço popular de interação política entre os comunistas do PCB e os setores nacional-reformistas que se mobilizavam e se organizavam em torno do trabalhismo brasileiro. O suicídio de Getúlio, já em meados da década seguinte, reunifica o campo, decomposto desde o final de 1945, e o leva ao seu limite máximo, abarcando todas as forças políticas que já vinham empenhadas nas lutas nacionalistas e populares que se desenvolveram ao longo da década de 1950, as quais chegam ao seu ponto máximo em 1964.

Mesmo considerando-se as contingências políticas que condicionaram aquela interação, pode-se afirmar que ela se deu em torno dos mesmos fundamentos e

compromissos ideológicos e programáticos que foram o amálgama que manteve unido aquilo que o antifascismo juntou a partir de 1933, e que se cristalizaram ideologicamente nos princípios: nacionalismo libertador e democracia popular; muito bem expressos no lema pecebista que orientou a política de união nacional, preconizada pelo PCB a partir de 1938: “Nacionalismo, Democracia e Bem-estar do Povo”.

Notas:

1- Para a luta antifascista no Brasil, nos anos de 1930, e a gênese da esquerda nacionalista brasileira ver: PUERTAS: *Nacionalismo, Democracia e Bem Estar do Povo: a luta antifascista no Brasil e a gênese da esquerda nacionalista brasileira*.

2- “... É muito difícil, hoje, imaginar um mundo sem um conjunto de leis sociais que resguardavam o direito dos trabalhadores. Esse mundo, no entanto, já existiu – e aqueles que pedem a continuidade de Vargas o conheceram (...) No caso brasileiro, entre 1931 e 1934, em apenas quatro anos, portanto, toda a legislação brasileira, a exceção do salário mínimo, foi promulgada: limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, horas extras, férias, repouso semanal remunerado, pensões e aposentadorias, criação da Justiça do Trabalho, etc. O impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado. Sem alguma repercussão em suas vivências, o governo Vargas não teria alcançado o prestígio que obteve entre os trabalhadores, mesmo com a avassaladora divulgação de sua imagem patrocinada pelo DIP...” (FERREIRA, 2002: 73).

3- A dissertação de mestrado de Elza Borghi de Almeida Cabral *O quererismo na redemocratização de 1945*, e o artigo de Jorge Ferreira *Quererismo, trabalhadores e cultura política – soberania popular e aprendizado democrático* são os trabalhos mais completos e profícuos sobre o movimento quererista em suas origens, desenvolvimento e características e, juntamente com as fontes jornalísticas, são os principais materiais em que baseio este artigo. O trabalho de Albernaz parte de um estudo mais regional do movimento, mas também é fonte fundamental para o estudo deste. Também importante é o livro *a Invenção do Trabalhismo*, de Ângela de Castro Gomes, e a Dissertação de Mestrado de Cássio Albernaz, *Em busca da cidadania política:...*

4- Dines, Alberto em artigo intitulado *Getúlio – 50 anos: o neoquererismo*. 31 de agosto de 2004, *Observatório da Imprensa*, [http:// www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br).

5- Cultura política como: “... um conjunto de procedimentos e valores que se traduzem numa prática necessariamente ideológica, no sentido de refletir uma visão de mundo. Este conceito distingue-se das concepções teóricas e filosóficas, embora as incorpore, porque o termo cultura política pressupõe um acúmulo de experiências vividas socialmente, implicando, portanto, numa tradição do fazer. (...) Uma cultura política deriva, dessa maneira, de atitudes sedimentadas por um tempo relativamente extenso (tendências), para que a sua manifestação concreta seja apreensível, e em consequência, sujeita ao exame do estudioso da matéria. (...) Assim, o fator societário, exerce um papel preponderante na acomodação das tendências - isto é, atitudes que mesmo sendo diversificadas compõem uma unidade comum –, sugerindo um peso mais decisivo do que os ideários, que eventualmente podem contribuir para o enfraquecimento de uma dada unidade social, seja da sociedade em geral, ou das sociedades particulares, com as corporações e os partidos políticos. (...) Independente dessas variadas configurações, o que vale é a presença de algo que mobilize encontros e desencontros, que fomente ou consolide projetos sociais, políticos e ideológicos. PENNA, Lincoln de A. *a cultura Política Comunista no Brasil*. Texto não publicado.

6- “(...) Segundo o editorial do *Diário da Noite*, de São Paulo, Vargas, de fato, “desfruta de alguma popularidade” entre certas categorias de trabalhadores. Porém, o prestígio do ditador explica-se fundamentalmente “pela propaganda demagógica do Estado Novo”. Hitler e Mussolini também, pela força mística que souberam difundir [...] desfrutaram de popularidade [...] de milhões de homens fanatizados, bestializados [...] excitando a sua imaginação.”¹ Como Hitler e Mussolini, continua o

jornal, Vargas, durante o Estado Novo, inundou as mentes dos trabalhadores com sua “propaganda totalitária”, permitindo que surgisse a “praga daninha” do “queremismo (...)”. (FERREIRA, 2002: 75).

7- Para as simpatias de Chatô para com o fascismo ver o capítulo I de *Nacionalismo, Democracia e Bem-Estar do Povo: a luta antifascista no Brasil e a gênese da esquerda nacionalista brasileira*. PUERTAS, Ibirapuan, Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007, e a imprensa antifascista da primeira metade dos anos de 1930.

8- A imprensa antifascista é pródiga em artigos que apontam as ligações da Igreja Católica com o Integralismo. Ver também Trindade, Héliogio. *O Integralismo*. E o capítulo I de PUERTAS, 2007.

9- Além de *O Jornal*, e todos os órgãos de imprensa que faziam parte da cadeia dos diários Associados de Assis Chateaubriand, podemos citar *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e o *Estado de São Paulo* entre outros.

10- *Os comunistas na luta pela democracia*. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1945.

11- Ver o capítulo I de PUERTAS, I. *Nacionalismo, Democracia e Bem-Estar do povo: a luta antifascista no Brasil e a gênese da Esquerda Nacionalista Brasileira*.

12- A estrutura de divulgação queremista não se limitou à pequena imprensa escrita. O empresário Hugo Borghi figura de proa do movimento e estreitamente ligado ao governo e a Vargas, adquiriu três rádios onde veiculava propaganda do Queremismo, por exemplo.

13- A história da formação do trabalhismo brasileiro e do PTB está estabelecida, sobretudo, nas obras de Maria Celina Soares D'Araújo, Marieta de Moraes, Dora Flaksman, , Maria Vitória Benevides, Lucília Delgado e Miguel Bodea, entre outros. De fundamental importância é, também, só que em chave interpretativo-explicativa que não a caudatária do conceito/categoria “populismo” ou “populismo no Brasil”, distinção que explicito mais à frente neste artigo, são as obras de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira.

Referência Bibliográfica:

ABREU, Alzira Alves de. BELOCHI, Israel (orgs.). (1984), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930/1983*. Rio de Janeiro, Forense Universitária/FGV/CPDOC/FINEP.

ALBERNAZ, Cássio A. A.. (2006) *Em busca da cidadania política: o queremismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização partidária*. Dissertação de Mestrado, UFRGS (datilo.).

BENEVIDES, Maria V.. (1989). *O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo*. São Paulo, Brasiliense/CEDEC.

BODEA, Miguel. (1987). *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre, L&PM.

_____. (1979). *O Partido Trabalhista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, IUPERJ.

_____. (1992) *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

CABRAL, Elza Borghi de. *O queremismo na Redemocratização de 1945*. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP (datilo.).

- CARONE, Edgar. (1981). *O PCB 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo, DIFEL.
- D'ARAÚJO, Maria C.. (1996). *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- DELGADO, Lucia de A. Neves. *PTB: do getulismo ao trabalhismo (1945-1964)*. (1989). São Paulo, Marco Zero.
- DIONÍSIO, José Léo M.. *Trabalhismo e Democracia: em face dos problemas nacionais e internacionais*. (1952). Rio de Janeiro, Edições do Povo.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e FLAKSMAN, Dora. (1984). *Verbete sobre o PTB. DHBB 1930-1980*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.
- _____. (1984). *Verbete sobre O Radical. DHBB, 1930-1980*. Rio de Janeiro, FFV/CPDOC.
- FERREIRA, Jorge. (2001). “Queremismo, trabalhadores e cultura política - soberania popular e aprendizado democrático”. *Revista Varia História*, dezembro de 1982, n. 28: p. 69-84.
- GIOVANETTI NETTO, Evaristo. (1986). *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo, Novos Rumos.
- GOMES, Ângela de C. (1984). *A Invenção do Trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- LOYLA, Maria A. (1980) *Os Sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais*. Petrópolis, Vozes/CADERNOS CEBRAP.
- MAGALHÃES, Sérgio. (1965). *Política de Emancipação Nacional*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- MATTOS, Marcelo Badaró. (2003). *O sindicalismo Brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- MORAES, Dênis de. (1882). *Prestes: Lutas e Autocríticas*. Petrópolis, Vozes.
- LACLAU, Ernesto. (2005). *La razón populista*. Buenos Aires Fondo de Cultura Econômica.
- PACHECO, Eliezer. (1984). *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo, Alfa - Omega.
- PASQUALINI, Alberto. (1948). *Bases e Sugestões para uma Política Social*. Rio de Janeiro, Globo.
- _____. (1951). *Diretrizes e Fundamentos do Trabalhismo*. Porto Alegre, Oficina Gráfica Tipografia Thurman.
- PENNA, Lincoln de A. (1986). *A Cultura Comunista no Brasil (1950-1964)*. Rio de Janeiro (datilo.).
- PRESTES, Anita. (1993). *Luiz Carlos Prestes e a Revolução Socialista no Brasil, in Cultura*. Petrópolis, Vozes.
- PUERTAS, I. (2007) *Nacionalismo, Democracia e Bem-Estar do Povo: a luta antifascista no Brasil e a gênese da esquerda nacionalista brasileira*. Rio de Janeiro, Letra e Imagem.
- _____. (2004). “Populismo”: uma história oficial”. *NÚNCIOPOLÍTICA: revista de estudos políticos e sociais*. Novembro de 2004, vol. 2.: p. 115-128.
- SANTOS, André D. dos.(1985). *O que Todo Cidadão Precisa Saber sobre Trabalhismo e Social-Democracia*. São Paulo, Global.
- SANTOS, Raimundo (org.) et alii. *Questão Agrária e Política – autores pecebistas*. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.
- SEGATTO, José A.. (1982) *PCB: Memória Fotográfica (1922-1928)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. (1981) *Breve História do PCB*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1976). *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930/1964)*. São Paulo, Alfa - Omega.
VINHAS, Moisés. (1982). *O Partidão, a Luta por Um Partido de Massas (1922/174)*. São Paulo, Hucitec.

Periódicos:

Classe Operária. Rio de Janeiro.
Correio da Manhã. Rio de Janeiro.
Diário de Pernambuco. Recife.
O Globo. Rio de Janeiro.
O Jornal. Rio de Janeiro
Jornal do Brasil. Rio de Janeiro.
O Radical. Rio de Janeiro
Tribuna Popular. Rio de Janeiro.